

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.316.272 - SP (2018/0155640-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : PROJETO IMOBILIARIO A 10 LTDA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO - SP029120  
DENISE DE CASSIA ZILIO - SP090949  
MARIANA HAMAR VALVERDE GODOY - SP185039  
MICHELLE HAMUCHE COSTA - SP146792  
LEANDRO BRUNO FERREIRA DE MELLO SANTOS -  
SP298335  
RODRIGO DOS SANTOS CARVALHO E OUTRO(S) -  
SP296935  
**AGRAVADO** : LEANDRO PERES  
**AGRAVADO** : ALESSANDRA MARIA CONRADO DE CASTILHO PERES  
**ADVOGADO** : EDUARDO APARECIDO BARRILLE - SP154224

## EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

## DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por PROJETO IMOBILIARIO A 10 LTDA em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim resumido:

*COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - RESCISÃO DE CONTRATO CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DE VALORES - Autores que pleiteiam a desistência do negócio em razão de dificuldades financeiras - Possibilidade de rescisão do contrato com a restituição de valores pagos, com retenção de percentual em favor da vendedora - Súmula 01-TJSP - Ré apelante que invoca a aplicação de cláusula penal, que na prática, reduz o valor a ser restituído em quantia irrisória - Retenção em favor da ré fixada na sentença em 10% sobre os valores pagos, que se mostra razoável - Manutenção - Não demonstração de que a vendedora suportou prejuízo superior à compensação autorizada - Precedentes desta c. Câmara - Juros de mora sobre o valor da condenação, devidos a partir*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*da citação (art. 240, CPC) - Sentença reformada apenas com relação ao termo inicial dos juros de mora - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ fl. 212).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 230/233).

Nas razões do especial, a recorrente, além de apontar dissídio jurisprudencial, alegou que houve ofensa ao art. 422 do Código Civil.

Invocando a boa-fé contratual e o princípio *pacta sunt servanda*, sustentou que deve "ser respeitada a cláusula VIII, do capítulo 7º do compromisso de compra e venda firmando entre as partes com a retenção ali prevista e não 90% conforme constou no v. acórdão" (e-STJ fl. 243).

Argumentou que os juros de mora devem incidir a partir do trânsito em julgado, não desde a citação, como restou decidido.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 259/263 (e-STJ).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 264/265), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 268/277 (e-STJ).

Impugnação às fls. 280/283 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não merece ser conhecido em virtude da ausência de impugnação a fundamento da decisão agravada.

Com efeito, o recurso especial foi inadmitido com base nos seguintes fundamentos: *a)* inexistência de demonstração de vulneração do art. 422 do Código Civil, e *b)* incidência da Súmula 5/STJ, porquanto "questões suscitadas no recurso impõem a necessidade de o Superior Tribunal de Justiça proceder à interpretação de cláusulas contratuais"; e, *c)* ausência de configuração do dissídio jurisprudencial, nos moldes legais.

Nas razões do agravo em recurso especial, verifica-se que a parte agravante não demonstrou a inadequação da Súmula 5/STJ, limitando-se a reiterar as razões do apelo nobre.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Destarte, a falta de ataque específico a cada um dos fundamentos da decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o art. 932, inciso III, do CPC/2015 (art. 544 do CPC/1973).

Nesse sentido:

*PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932. 1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932. 2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão. 3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais. 4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*1.030, § 2º, do CPC.*

*5. Embargos de divergência não providos.*

**(EAREsp 831.326/SP, CORTE ESPECIAL, Rel. Ministro  
JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro  
LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 30/11/2018)**

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

**Ante o exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial.**

Considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 174) para 12% (doze por cento) sobre a mesma base de cálculo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator